LD Florestal S.A.

CNPJ.29.640.008/0001-02

Relatório da Administração

A LD Florestal S.A. é uma joint venture entre a austríaca Lenzing Aktiengesellschaft e a brasileira Dexco S.A, com participação de 50% de cada empresa respectivamente. O Grupo Lenzing, com sede na Áustria, é líder mundial na produção de fibras de celulose. Mantém operações em 17 localidades e emprega mais de 6.800 pessoas no mundo todo. Possui 2 unidades de celulose solúvel e sua capacidade de produção total é de 600 mil toneladas/ano. Com 7 fábricas para produção de fibras, com diversas aplicações, tem capacidade total de produção de 1 milhão de toneladas. A Dexco S.A. é uma empresa brasileira de capital aberto e público, controlada pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A - e Companhia Ligna de Investimentos. Com as marcas Deca, Hydra, Duratex, Duraflor, Ceusa e Portinari, é considerada uma das 10 maiores empresas do mundo nos setores em que atua e a maior produtora de painéis e pisos de madeira industrializados, louças sanitárias e acessórios de metal do Hemisfério Sul, além de ser um dos maiores produtores de ladrilhos cerâmicos do Brasil. A Companhia detém contratos de arrendamento de terras para plantação e manejo de florestas de eucaliptos, bem como florestas de eucaliptos em formação, que serão futuramente fornecidas para a LD Celulose como matéria-prima para a produção de celulose solúvel. A LD Florestal encerrou ano de 2021 com 40 contratos de arrendamento de terras, que são utilizados para o cultivo de eucalipto, totalizando uma área de 13.726 hectares. Além das terras arrendadas para a plantação e manejo de florestas de eucalipto, a Companhia adquiriu florestas de eucaliptos em formação, que somam R$ 51,3 milhões até 31 de dezembro de 2021. Os serviços relacionados à operação florestal da LD Florestal são fornecidos pela LD Celulose, que totalizou um investimento aproximado em 2021 de R$ 22 milhões para formação e manutenção das florestas. **Auditores Independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a LD Celulose S.A. informa que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não contratou serviços adicionais além da auditoria das suas demonstrações financeiras. **Agradecimentos:** Agradecemos o apoio recebido dos acionistas, a dedicação e o comprometimento de nossos colaboradores e a parceria com todos os nossos fornecedores.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	2021	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	8.069	4.387
Contas a Receber de Clientes	8	841	10.265
Tributos a Recuperar	9	3.901	3.330
Outros Créditos		19	28
Total do ativo circulante		**12.830**	**18.010**
Realizável a longo prazo			
Contas a Receber de Clientes	8	234.610	212.101
Mútuo com partes relacionadas	11	93.279	135.529
Total do realizável a longo prazo		**327.889**	**347.630**
Ativos Biológicos	10	79.826	48.039
Imobilizado		2.016	2.016
Direito de Uso	12	112.479	68.590
Total do ativo não circulante		**522.210**	**466.275**
Total do ativo		**535.040**	**484.285**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2021	2020
Fornecedores	13	2.327	12.291
Passivo de Arrendamento	12	3.763	11.936
Tributos a Recolher		350	275
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher		301	139
Outras Contas a Pagar	11	5.558	48
Total do passivo circulante		**12.299**	**24.689**
Fornecedores	13	945	945
Passivo de Arrendamento	12	328.224	260.413
Total do passivo não circulante		**329.169**	**261.358**
Patrimônio líquido			
Capital Social	15	177.452	177.452
Reservas de Capital		17.695	17.695
Reservas de Lucros		3.087	3.091
Prejuízos Acumulados		(4.662)	–
Total do patrimônio líquido		**193.572**	**198.238**
Total do passivo e patrimônio líquido		**535.040**	**484.285**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2021	2020
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(1.268)	(797)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(8.226)	(2.495)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**(9.494)**	**(3.292)**
Despesas financeiras		(11)	(1.121)
Receitas financeiras		5.429	4.921
Resultado financeiro líquido	18	**5.418**	**3.770**
Resultado antes dos impostos		**(4.076)**	**478**
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	19	(586)	(139)
Lucro líquido do exercício		**(4.662)**	**339**

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**(4.662)**	**339**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente	**(4.662)**	**339**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**177.452**	**17.695**	**2.777**	**–**	**197.924**
Resultado do Exercício	–	–	–	339	339
Reserva Legal	–	–	(17)	(17)	–
Reserva de Investimentos	–	–	64	(64)	–
Destinação à reserva	–	–	255	(255)	–
Dividendos a Pagar	–	–	(22)	(3)	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**177.452**	**17.695**	**3.091**	**–**	**198.238**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	(4.662)	(4.662)
Dividendos a pagar	–	–	(4)	–	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**177.452**	**17.695**	**3.087**	**(4.662)**	**193.572**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2021	2020
Resultado do exercício		**(4.662)**	**339**
Ajustes para:			
Variação do Valor Justo do Ativo Biológico	10	3.604	1.723
Perdas em reservas florestais	10	3.969	–
Amortização do Direito de uso	12	304	1.731
Apropriação de Juros sobre Empréstimos Concedidos	11.b	(5.276)	(2.690)
		(2.061)	**1.103**
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	719	(183)
Impostos a recuperar	9	(570)	(1.168)
Outras contas a receber		–	972
Adiantamentos a fornecedores		7	–
Fornecedores	13	(9.964)	4.975
Impostos e contribuições a recolher		238	408
Outras contas a pagar		5.507	2
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**(6.124)**	**6.109**
Pagamento de juros sobre arrendamentos	12	(6.573)	(1.600)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(12.697)**	**4.509**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado		–	(50)
Concessão de Empréstimos		–	(163.000)
Recebimento de Principal de Mútuos com Partes Relacionadas	11.b	47.279	141.363
Recebimento de Juros de Mútuos com Partes Relacionadas	11.b	247	2.637
Adições de ativo biológico	10	(29.078)	(48.708)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		**18.448**	**(67.758)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamentos	12	(2.069)	(15.138)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		**(2.069)**	**(15.138)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**3.682**	**(78.387)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.387	82.774
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.069	4.387
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**3.682**	**(78.387)**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras *(Em Reais)*

1 Contexto operacional: A LD Florestal S.A. ("Companhia") tem sua sede, foro e domicílio no município de Indianópolis/MG, na estrada BR 365, KM 574, CEP 38.490-000. Foi constituída em 7 de fevereiro de 2018, com o objetivo principal de cultivo florestal e arrendamento de terras. Em 21 de junho de 2018 foi firmado contrato de arrendamento rural entre LD Florestal S.A. (subarrendadora), Duratex Florestal Ltda. (subarrendatária) e Ligna Florestal Ltda. (arrendadora), no qual a LD Florestal S.A. subarrendou as terras arrendadas da Ligna para a Duratex S.A., essa cessão foi feita com a anuência da Ligna Florestal Ltda. Na mesma data foi firmado contrato de usufruto oneroso entre LD Florestal S.A. e LD Celulose S.A. transferindo o direito de uso da propriedade para a LD Celulose S.A., a partir de 1º de fevereiro de 2020. Dessa forma a Companhia reconheceu em seu balanço um passivo de arrendamento decorrente de sua obrigação contratual com a Ligna e em contra partida reconheceu um arrendamento a receber da LD Celulose S.A. decorrente de seu direito contratual. Durante o ano de 2021, a LD Florestal S.A. firmou 20 contratos de arrendamento de terras, que são utilizados para o cultivo de eucalipto, totalizando uma área de 5.008 hectares, e registrou em seu balanço R$ 60.733 referente a direto de uso e passivos de arrendamento. Além das terras arrendadas para a plantação e manejo de florestas de eucalipto, a Companhia adquiriu florestas de eucaliptos em formação, que somam R$ 3.293 em 31 de dezembro de 2021. Os serviços relacionados à operação florestal da LD Florestal S.A. são fornecidos pela LD Celulose. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de abril de 2022. O resumo das principais políticas contábeis da Companhia está apresentado na Nota Explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em Reais, arredondadas para o valor inteiro mais próximo, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa 8:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: Principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **(ii) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Administração reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **5 Bases de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que é mensurado a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; • Ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda. **6 Resumo das principais políticas contábeis:** O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, nessas demonstrações financeiras, está descrito abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma em nota explicativa. **a. Receita de contratos com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. Para fins de reconhecimento de receita do contrato de sub-arrendamento conforme mencionado na nota explicativa 01, a Companhia é considerada Agente para esta prestação de serviço, ou seja, ela atua para providenciar o fornecimento do serviço de arrendamento para a parte relacionada e portanto, não reconhece o valor bruto da receita e custo contratual entre as partes, conforme requerido pelas práticas contábeis. A receita de venda do arrendamento reconhecida no momento em que estes atingirem a maturidade para comercialização. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesas de juros; e • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao Custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **c. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. ***(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos da Companhia são compostos por reservas florestais e são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado. **e. Instrumentos financeiros;** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Ativos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. *Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, limitações na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas* • **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. • **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirem, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de receber fluxos aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não tiranham pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **f. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "*impairment*"):** ***f.1 Ativos financeiros não derivativos:*** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito do ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações e análises de cenários futuros. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias. *Risco de crédito:* As políticas de venda e concessão de crédito da Companhia visam minimizar problemas decorrentes de inadimplência, observando análise de risco e fraude, com base em documentos, garantias legais e demais informações de cada cliente. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e diversificação de suas operações (concentração do passivo). Um título de dívida com risco de crédito alto é considerado quando o cliente já possui histórico de atrasos considerável, ou que tenha problemas passíveis de inadimplência no decorrer da vida esperada do instrumento financeiro. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em fluxos de caixas insuficientes (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). *Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito:* Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. *Apresentação da provisão para perdas (impairment):* Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, são apresentadas na demonstração do resultado, na rubrica de outras receitas operacionais líquidas. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. ***f.2 Ativos não financeiros:*** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros para avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido para o valor recuperável. Com base na informação disponível, a Administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos. **g. Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. ***(i) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário:*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais relativos. Para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. ***(ii) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendador:*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas. **h. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Algumas políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5). Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contraprtadia dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras da LD Florestal S.A. ***(Em Reais)***

Pagamento de Principal	(2.069)
Pagamento de Juros (ii)	(68.883)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**331.987**
Circulante	**3.763**
Não Circulante	**328.224**

(i) Para fins de Demonstração dos fluxos de caixa R$ 6.573 refere-se a pagamentos de juros e o montante de R$ 62.310 correspondem a juros pagos e recebidos referente ao sub-arrendamento de florestas cujo contrato está vinculado ao contas a receber de arrendamento junto à empresa LD Celulose, visto que reflete a atividade do cliente e cujo giro e vencimentos são rápidos e de curto prazo. (iii) Dos juros apropriados, o montante de R$9.559 foi capitalizado ao custo de formação do ativo biológico, sem efeito de caixa para fins de Demonstrações de Fluxo de Caixa. O montante restante está apresentado em base líquida nas Demonstrações de Fluxos de Caixa visto que é decorrente do contrato de sub-arrendamento de florestas junto à Empresa LD Celulose. **13 Fornecedores:**

	2021	2020
Fornecedores Mercado Interno	945	10.163
Fornecedores Partes Relacionadas	2.327	3.073
	3.272	**13.236**
Circulante	**2.327**	**12.291**
Não Circulante	**945**	**945**

14 Partes relacionadas: a. Coligadas:

Transações e saldos

	Nota	2021	2020
Ativo circulante			
Contas a receber LD Celulose S.A.	8	841	10.265
		841	**10.265**
Ativo Não Circulante			
Mútuo a receber - LD Celulose S.A. - (ii)	11	93.279	135.529
Contas a receber - LD Celulose S.A. - (i)	8	234.610	212.101
		327.889	**347.629**
Passivo circulante			
Fornecedores - LD Celulose S.A. (nota explicativa nº 13)		2.327	3.073
Arrendamentos - Ligna Florestal S.A.		–	2.524
		2.327	**5.597**
Resultado			
Juros sobre empréstimos a receber -LD Celulose (ii)	18	5.276	2.690
		5.276	**2.690**

(i) Em 21 de junho de 2018 foi firmado contrato de arrendamento rural entre LD Florestal S.A. (subarrendadora), Duratex Florestal Ltda. (subarrendatária) e Ligna Florestal Ltda. Neste contrato, a LD Florestal S.A. firmou o subarrendamento rural para a Duratex Florestal, com a concordância da Ligna.

(ii) Em 12 de dezembro de 2018 foi celebrado contrato de mútuo entre LD Florestal S.A. e LD Celulose S.A. O empréstimo foi realizado em moeda nacional, os juros são apurados com base no percentual de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), sendo registrado pelo regime de competência. O IOF decorrente da operação deste empréstimo vem sendo calculado e recolhido conforme determina a legislação vigente. Em 28 de outubro de 2019 foi celebrado o 1º aditamento ao contrato de mútuo, aumentando o limite do valor de R$ 58.468 para R$177.452. Os membros-chave da Administração são remunerados pelas partes relacionadas LD Celulose S.A. e suas remunerações não impactam o resultado da Companhia. **b. Outras partes relacionadas:**

	Nota	2021	2020
Ativo circulante			
Banco Itaú S.A. (i)	7	8.067	4.386
		8.067	**4.386**

(i) Refere-se ao saldo de caixa e equivalentes de caixa junto ao Banco Itaú, pertencente ao mesmo grupo econômico da acionista Dexco S.A. **15 Patrimônio líquido; a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social totalmente subscrito em moeda corrente nacional é de R$ 177.452, dividido em 136.286.218 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **b. Distribuição de lucros:** Os acionistas terão direito a dividendo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido anual da Companhia para cada ano fiscal, com os seguintes ajustes: (i) adição de valores que resultem da reversão de reservas para perdas prevista; (ii) dedução de quantias alocados na Reserva Legal da Companhia; e (iii) dedução das quantias alocadas para reserva de perdas. A seguir está detalhada a distribuição dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio propostos pela Administração:

	2021	2020
Resultado líquido do exercício	(4.661)	339
Constituição da reserva legal	–	(17)
Valor disponível para distribuição	(4.661)	322
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	–	3
Ajuste de Dividendos mínimos relativos a anos anteriores	4	–

c. Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido anual conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social. **d. Reserva de investimento e capital de giro:** Conforme previsto pelo estatuto da Companhia, as reserva de investimentos e capital de giro estão limitadas a 20% do capital social da Companhia, em consonância com o permitido pelo artigo 194 da Lei das S.A.

16 Despesas por natureza:

	2021	2020
Serviços de consultoria e auditoria	(349)	(112)
Serviços de terceiros	(83)	(12)
Impostos e taxas	(528)	(247)
Taxas Cartorárias	(286)	(426)
Outros	(22)	–
	(1.268)	**(797)**
Despesas administrativas e gerais	**(1.268)**	**(797)**
17 Outras receitas (despesas) operacionais:		
	2021	**2020**
Outras receitas operacionais		
Outras	–	80
	–	**80**
Outras despesas operacionais		
Variação no Valor Justo de Ativo Biológico	(3.604)	(1.723)
Amortização do Direito de Uso (ITBI)	(652)	(852)
Perdas em Reservas Florestais	(3.970)	–
	(8.226)	**(2.575)**
Total	**(8.226)**	**(2.495)**

18 Receitas e despesas financeiras líquidas:

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações Financeiras	–	1.558
Juros Ativos	5.421	3.362
Outras Receitas Financeiras	8	–
	5.429	**4.921**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e mútuos	(7)	(557)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	–	(512)
Despesas bancárias	(4)	–
Outras	–	(82)
	(11)	**(1.151)**

19 Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social a recolher:

	2021	2020
Imposto de renda	(431)	(96)
Contribuição social	(155)	(43)
	(586)	**(139)**

b. Imposto de renda e contribuição social - Conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva:

A conciliação entre o total das despesas de imposto de renda e contribuição social, apurado conforme alíquotas nominais, e o total registrado no resultado do exercício é resumida da seguinte forma:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.076)	478
Alíquota combinada de Imposto de renda e Contribuição Social	34%	34%
Imposto incidindo a alíquota de imposto de renda e contribuição social	**1.386**	**(162)**
(+) Despesas não dedutíveis	(2.603)	–
(–) Exclusões	631	23
Total despesas com Imposto de renda e Contribuição Social	**(586)**	**(139)**
Alíquota Efetiva	**(14,4%)**	**29,1%**

20 Gestão de riscos e instrumentos financeiros: a. Gerenciamento do capital: A prática da Diretoria é conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e do desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora a performance financeira de cada unidade de negócio através de um grupo de indicadores. A estratégia na gestão de capital tem visão de longo prazo e apresenta caráter conservador na tomada de decisão para assumir risco na gestão de capital. O crescimento das operações é suportado por ganhos de produtividade e de qualidade, e por inovação de produtos. A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela 'dívida líquida ajustada', dividido pelo 'patrimônio líquido'. Para este propósito, 'dívida líquida ajustada' é definida como o total dos passivos (incluindo empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamentos mercantis financeiros), menos caixa e equivalentes de caixa. **b. Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2021				2020			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Nível 1	Nível 2	Total	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	8.069	–	8.069	8.069	4.387	–	4.387	4.387
Contas a Receber de Partes Relacionadas	235.451	–	235.451	235.451	222.366	–	222.366	222.366
Mútuos com Partes Relacionadas	93.279	–	93.279	93.279	135.529	–	135.529	135.529
Outros Créditos	21	–	21	21	28	–	28	28
	336.820	**–**	**336.820**	**336.820**	**362.310**	**–**	**362.310**	**362.310**
Passivos Financeiros								
Fornecedores	2.327	–	2.327	2.327	13.236	–	13.236	13.236
Outros Passivos	5.558	–	5.558	5.558	48	–	48	48
Passivo de Arrendamento	331.987	–	894.054	894.054	–	–	–	–
	339.872	**–**	**901.939**	**901.939**	**13.284**	**–**	**13.284**	**13.284**

c. Mensuração do valor justo: ***Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis:*** As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na Nota Explicativa 4.

Tipo	Técnica de avaliação	*Inputs* significativos não observáveis	Relacionamento entre os *inputs* significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Técnica de comparação de mercado/fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustado por um fator de liquidez.	Não aplicável	Não aplicável
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto (taxas de Mercado divulgadas por fontes externas - BM&F Bovespa e AE Broadcast) ajusta ao risco.	Não aplicável	Não aplicável

Ativos e passivos de curto prazo não foram descontados pois seus valores contábeis se aproximam dos respectivos valores justos. **d. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:** Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são: • Risco de mercado; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Concentração de fornecedor. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia não considera ter risco de mercado, que é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, pois a Companhia não possui transações em moeda estrangeira, não possui empréstimos significativos e suas aplicações financeiras estão atreladas a variações de mercado imateriais. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. **e. Risco de mercado:** Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos podem sofrer alterações. Para minimizar os riscos, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço no mercado. **f. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. ***Caixa e equivalente de caixa:*** Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento por meio de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. **g. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A gestão de fluxo de caixa da Companhia é acompanhada diariamente e tem um planejamento rigoroso mensal e anual. A Companhia exerce uma gestão financeira bem conservadora na consideração de risco de liquidez, não assume dívidas para obter crescimento, e os investimentos são realizados com capital próprio e proveniente da geração de caixa da própria operação mercantil. Também, estrategicamente, mantém-se uma reserva financeira com o objetivo de dar segurança aos negócios e a nossos fornecedores e credores. ***Exposição ao risco de liquidez:*** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 6 meses	6-12 meses	2021 Superior a 1 ano
Passivos					
Fornecedores	3.272	3.272	2.327	–	945
Outras contas a pagar	5.558	5.558	–	5.529	–
Passivos de Arrendamento	331.987	894.054	16.070	16.070	861.914
Total	**340.817**	**902.885**	**18.397**	**21.599**	**862.859**

h. Risco de preço de ativos biológicos: A Companhia possui em 31 de dezembro de 2021 R$ 79.826 (R$ 48.039 em 31 de dezembro de 2020) em ativos biológicos, os quais foram avaliados pelos seus valores justos, sendo a variação entre o valor contratado e o valor justo registrada nas demonstrações financeiras. ***Análise de sensibilidade - Ativos biológicos:*** O quadro a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos cenários apresentados. Para o cenário provável foram utilizados os valores contábeis, para os demais cenários foram considerados os impactos no resultado decorrentes das variações dos preços de mercado apurados após a substituição das taxas de mercado utilizadas para apuração do valor justo registrado contabilmente por taxas estressadas de acordo com os cenários apresentados. Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. O preço médio em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 52,03/m³. Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R$ 3.286. Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 5,48% a.a. em 31 de dezembro de 2021. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R$ 278. De acordo com a hierarquia do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

	2021				
	Cenários - Preço de Mercado				
	I Provável	II 1%	III 5%	IV - 1%	V - 5%
Ativos Biológicos	79.826	798	3.991	(798)	(3.991)
	79.826	**798**	**3.991**	**(798)**	**(3.991)**

	2021				
	Cenários - Taxa de Desconto				
	I Provável	II 1%	III 5%	IV -1%	V - 5%
Ativos Biológicos	79.826	(56)	(278)	56	283
	79.826	**(56)**	**(278)**	**56**	**283**

i. Derivativos: A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

Diretoria

Luis Antonio Künzel - Presidente | **João Batista Cardoso Sevilha** - Diretor Financeiro

Contadora

Angela Maria Menezes de Resende Oliveira - CRC/MG 062398/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da LD Florestal S.A. - Indianópolis - Minas Gerais. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da LD Florestal S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LD Florestal S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 22 de abril de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008266/F-9

Fábio Roberto Elias Tymburibá
Contador - CRC 1SP214859/O-2

BRDOCS
brdocs.com.br/?chave-de-acesso=ACB28007

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/04/2022

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal Gazeta do Triangulo.** Acesse também através do link: **https://gazetadotriangulo.com.br/publicacoes-legais/**

FAÇA SUAS PUBLICAÇÕES LEGAIS
NO JORNAL DE MAIOR
CIRCULAÇÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO
E ALTO PARANAÍBA,
COM SEGURANÇA GARANTIDA.

34 3241 2465
gazeta@gazetadotriangulo.com.br